

REFORMAS

ACM quer votar Previdência no início do mês

Intenção é seguir regimento da Casa, apesar da pressa do líder do governo

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), quer colocar a emenda da reforma da Previdência em votação no plenário na primeira semana de agosto. Apesar da intenção do líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES), de encerrar semana que vem a discussão em primeiro turno do substitutivo da reforma, Antônio Carlos decidiu respeitar os prazos estabelecidos no regimento interno para tramitação do projeto.

Na terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado reúne-se para votar as emendas ao parecer do relator, Beni Veras (PSDB-CE), aprovado na quinta-feira. Antônio Carlos Magalhães aposta na aprovação da emenda no plenário do Senado, mas admitiu que foi preciso restringir a reforma pretendida pelo governo para que passe no Congresso.

“O parecer ficou no meio-termo; mais do que isso, não havia possibilidade”, avaliou. Para o governo, a maior dificuldade a ser enfrentada pela reforma previdenciária não está no Senado, mas na Câmara. Depois de aprovada em dois turnos pelos senadores, a emenda retorna à Câmara porque foi modificada e lá terá de passar novamente por duas votações. Quando foi apreciada pelos deputados há um ano, a emenda foi completamente desfigurada.

Para o senador, os entendimentos entre os líderes dos par-



Jose Paulo Lacerda/AE-16/7/97

O presidente do Senado: “O parecer do relator ficou no meio-termo”



**JÁDER PROPÕE
USAR 55% DO
COFINS PARA
COBRIR DÉFICIT**

tidos aliados sacrificaram parte importante do projeto — o fim da paridade entre servidores ativos e inativos. Mas também restabeleceram pontos essenciais da proposta original, como o limite mínimo de idade para se aposentar, combinado com o tempo de contribuição. “Como ficou, a reforma está palatá-

vel para o retorno à Câmara”, observou Antônio Carlos.

Os aliados, porém, prometem ainda dar muito trabalho ao governo enquanto a reforma tramita no Senado. O líder do PMDB,

senador Jáder Barbalho (PA), concordou com a quebra parcial da paridade entre ativos e inativos, que garante a vinculação de benefícios aos salários pagos na atividade até o teto de R\$ 1.200. Mas o senador não abre mão de uma emenda que prepara para levar ao plenário, destinando 55% da renda da Contribuição sobre o Faturamento e Lucro das Empresas (Cofins) para um fundo com a finalidade de cobrir o déficit da Previdência.

Pela emenda de Barbalho, a parcela da Cofins iria reduzindo ao longo de dez anos, até chegar a 10%. O senador José Serra (PSDB-SP) reagiu. “Este cobertor é curto”, protestou. “A quase totalidade da Cofins é destinada à saúde, não adianta cobrir a Previdência e deixar a saúde descoberta.”